

O ESTUDANTE SURDO E A APRENDIZAGEM FILOSÓFICA

**Edson Teixeira de Rezende
Geraldo Balduino Horn (Nesef)**

Caro leitor, trataremos na edição d'O Sísifo deste mês (setembro) de um importante e caro tema para a sociedade brasileira. Trata-se da pessoa surda e dos importantes avanços, no âmbito educacional, conquistados pela comunidade surda, especialmente na UFPR. Respeito esse – linguístico, cultural e identitário – que não veio senão através de várias e intensas organizações da comunidade surda em entidades e grupos de resistência ao longo da história, a fim de terem reconhecido o direito de existir e de se manifestar pública, social e politicamente.

Na educação, reconhecer quem são os/as estudantes surdos/as, suas histórias, a língua visual-espacial da qual são representantes, a relação que estabelecem com a língua portuguesa na modalidade escrita, entre outros, constitui ponto inicial para pensar como podemos organizar o conteúdo filosófico – historicamente estruturado – a ser ensinado e aprendido no cotidiano escolar.

O ensino de filosofia tem uma relação sistemática com os textos filosóficos, por isso, pensar na mediação praxiológica, realizada pelo professor, é fundamental para que o estudante do Ensino Médio possa se apropriar dos problemas e dos conceitos filosóficos. Quais textos filosóficos destinar para a pessoa surda no Ensino Médio? Ele será apresentado em português ou em Libras? Quais estratégias serão utilizadas para o aprendizado filosófico? Essas são algumas indagações que professores de filosofia, no convívio com os/as estudantes surdos/as, fazem frequentemente.

As pessoas surdas, naturalmente, possuem o direito de receberem os conteúdos escolares na sua totalidade; no entanto, para a eficiência docente, é necessário compreender a história dos surdos. É preciso entender que foi negada, por muito tempo, a língua de sinais para os sujeitos surdos; que sua língua natural é a visual-espacial, sendo a língua portuguesa, na modalidade escrita, considerada sua segunda língua; que não se pode simplesmente selecionar um texto sem, juntamente a essa escolha, mediar o processo pela Libras. Obviamente que há outros, mas esses já apresentam alguns problemas que prejudicam a eficácia do aprendizado filosófico pelo estudante.

Os levantamentos filosóficos sempre estiveram marcados por elementos vivenciais, assim, na seleção dos textos a serem usados, é necessário levar em conta questões que envolvem a história dos/as estudantes. Por exemplo, a *Apologia* de Sócrates coloca o estudante frente ao autoconhecimento da vida política e do exercício ético; também se pode debater a obra *O Voo da Gaivota*, de Emmanuelle Laborit (uma biografia de uma autora surda sobre o que é ser diferente, contando suas descobertas no mundo). É possível encontrar essas obras em Libras no site do Nesef/UFPR, além de também estarem disponíveis algumas obras traduzidas por Jonatas Medeiros e colaboradores TILS (obras que podem colaborar ao apresentar o texto na língua natural do estudante).

Urge, para efetivarmos o direito à educação para todos, entendermos não só o texto em Libras é fundamental, como

também a mediação docente para que os problemas e os conceitos filosóficos possam ser entendidos e apropriados, colaborando para o pensar nos carecimentos oriundos da vida. Dessa forma, o conhecimento de Libras pelo professor/mediador – a fim de explicar, interagir, ensinar e aprender para/com o estudante – é fundamental para a recepção filosófica.

O estudante surdo faz um grande esforço no ambiente de escolarização, pois os conteúdos, muitas vezes, são apresentados em português com a tradução ou interpretação em Libras. Quando estão

matriculados nas escolas inclusivas, é necessário perguntar quais são as interações: Com quem? Quando ocorrem? Com qual língua? Por essa razão, aprender Libras é importante para todos da comunidade escolar, possibilitando ao estudante aprender ao respeitar sua condição linguística.

A filosofia, desse modo, é um convite para pensar melhor sobre as diversas coisas que envolvem o nosso ser no mundo. Por exemplo, o “existir/ser diferente” é sempre uma oportunidade para refletir o modo como devemos pensar, agir e viver; de igual forma, para debater como devemos selecionar os textos e os conceitos que melhor respondem aos carecimentos atuais.

Por isso, agradecemos a toda comunidade surda por esse convite ao *sapere aude* em direção à construção da cultura e das identidades surdas. Estamos juntos na luta pelo reconhecimento dos direitos da Pessoa Surda na educação e na sociedade.



Rádio Camélia - Apologia de Sócrates: em Libras

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2o3ZmgaZ5rM&feature=youtu.be>>. Acesso em: 5 set. 2019.

SURDOS/AS NA PÓS-GRADUAÇÃO: RUMO À UFPR BILÍNGUE!

Sueli Fernandes (PPGE/UFPR)

Dezessete anos depois da oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), no Brasil, em 2002, muitas são as conquistas a serem comemoradas, todas elas legitimamente forjadas na luta e na resistência dos movimentos surdos. Desde os anos 1980, a comunidade surda – da qual fazem parte ativistas, familiares e profissionais surdos/as e ouvintes – organizava-se politicamente em torno de uma bandeira mundial: a legitimação da língua de sinais como principal produto de sua identificação cultural e do reconhecimento da coletividade surda como minoria linguística nacional.

Muitas pessoas desconhecem que essa pauta tem origem na opressão linguística a que foram submetidos os/as surdos/as, desde o século XIX. A insurgência dos movimentos surdos foi motivada pelo fato de as línguas de sinais terem sido proibidas nas escolas, a ponto de pessoas surdas serem perseguidas e castigadas fisicamente, por exemplo, tendo as mãos amarradas quando insistiam em se comunicar por sinais. Mais de 100 anos de opressão e imposição de uma norma “ouvinte” foi o tempo precioso perdido para florescimento cultural pleno das línguas de sinais, sobretudo porque o desenvolvimento de um sistema linguístico reflete as relações históricas e sociais de seus falantes. Se calada for a “voz” dos/as surdos/as, também sua língua será emudecida, e prejudicadas suas condições sociais de desenvolvimento humano.

O convívio coletivo e a afirmação das comunidades surdas foram as estratégias de resistência à opressão de setores da sociedade que negaram a língua de sinais como elemento de humanização das pessoas surdas.

Dessa forma, os discursos socioantropológicos, fomentados na academia, nas últimas décadas, foram armas importantes para fazer circular representações outras sobre os surdos e sua história, sobre sua arte e sua literatura, e sobre a experiência visual que costura as experiências culturais das comunidades surdas espalhadas pelo mundo.

O espaço acadêmico que incorporou esse movimento passou a ser denominado de “Estudos Surdos” (*Deaf Studies*), caracterizado pelo protagonismo de pesquisadores surdos e não surdos. Ao chegarem na UFPR, buscaram contribuir para esse campo de investigação, problematizando discursos e

práticas sociais que, historicamente, estigmatizaram e reduziram a natureza de ser surdo à deficiência de audição e aos problemas de linguagem. A compreensão de que a humanização dos/as surdos/as só pode ser materializada pela sua existência coletiva e pela mediação de uma língua visual-espacial – a língua de sinais – tem norteador as práticas de inclusão e o programa de pesquisa em Estudos Surdos no curso de pós-graduação em educação da UFPR.

Com o ingresso de pesquisadores/as surdos/as no PPGE, a partir de 2012, nossas ações tiveram como premissa garantir políticas bilíngues para sua permanência. Com iniciativas federais, como o Programa Viver sem Limite (gestão Dilma Rousseff), foi possível a contratação dos primeiros tradutores/intérpretes de Libras, que oportunizaram a participação dos/as estudantes surdos/as em aulas e em outras atividades curriculares. Desde então, temos avançado significativamente em

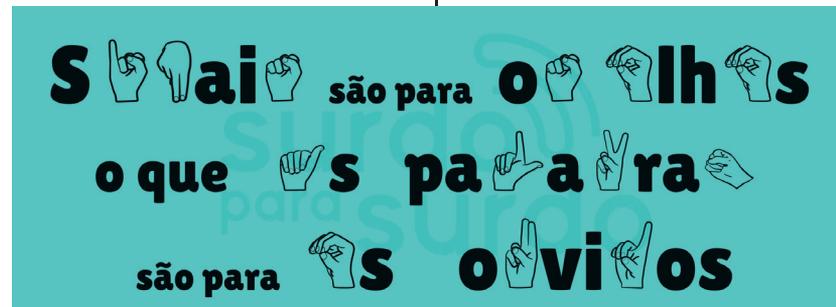
direção à construção de uma UFPR bilíngue, que também possibilite a formação em português, na modalidade escrita, considerando esta a segunda língua dos/as surdos/as.

Ano após ano, o PPGE desenvolve-se em relação a esse exercício inclusivo, propondo ações de acesso e de permanência, em diálogo com os/as estudantes surdos/as.

Ações essas regimentadas nas “Normas Internas do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Federal do Paraná”: editais publicizados em Libras; processo seletivo bilíngue (Libras e língua portuguesa) em todas as etapas; correção de trabalhos das disciplinas cursadas pelos/as discentes surdos/as, com adoção de critérios de avaliação diferenciados, adequados ao português como segunda língua; proficiência em língua estrangeira em português como segunda língua para o mestrado; apresentação de dissertação e/ou tese em língua portuguesa e Libras.

O avanço mais significativo e inovador, contudo, tem sido efetivado pela tradução de materiais utilizados como referências bibliográficas das disciplinas, viabilizando apoio complementar à leitura em português. Esse projeto objetiva contribuir com o letramento acadêmico bilíngue de estudantes surdos/as, por meio do desenvolvimento de metodologia específica no processo tradutório para a produção e desenvolvimento de textos em videolibras, em diferentes gêneros sinalizados.

Todas essas ações qualificam a produção de conhecimento bilíngue dos/as estudantes surdos/as no PPGE/UFPR, promovendo sua autonomia acadêmica e ampliando a socialização e visibilidade da Libras como língua de cultura na comunidade universitária.



<https://blog.surdoparasurdo.com.br/frases-bil%C3%ADngues-inspiradoras-libras-portugu%C3%AAs-1dc06a045715>

LIBRAS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA OUVINTES: ALGUMAS REFLEXÕES

Lídia da Silva

No mês em que comemoramos o “Dia do Surdo”, vários pontos podem e devem ser trazidos a pauta para reflexão; um deles, que é o que propõe este texto, diz respeito à questão da “Libras como segunda língua (L2) para pessoas ouvintes”, visto que, no meu entendimento, este assunto atinge diretamente as pessoas surdas.

Libras como L2 para ouvintes: os sentidos

Para começar, vamos tratar dos significados dados à “Libras como L2 para ouvintes”. O poder público, como instituição encarregada de dirigir assuntos políticos da nação, é o responsável por determinar quais sentidos serão, socialmente, adotados; ilustrando essa responsabilidade, descrevo três exemplos de raciocínios influenciadores dos sentidos sociais da Libras.

O primeiro raciocínio que destaco remete ao início dos anos dois mil; ocasião em que, com a aprovação da Lei 10.436/2002 e do Decreto 5.626/2005 pelo Estado, gerou-se uma pressão para cumprimento do aprendizado de Libras por ouvintes. Ao que parece, apontou-se para formação em um sentido regulatório, do qual derivam práticas locais que reforçaram disputas ideológicas, culturais e linguísticas entre surdos e ouvintes. Haja vista que aprender a Libras por força de lei (como ocorreu com muitos funcionários de empresas, professores de escolas e alunos de licenciaturas) é uma forma de reforço de estigmas que ainda existem em relação à pessoa surda e em relação a uma colaboração à manutenção da – ainda tão presente – exclusão social.

Em 2017, como segundo exemplo, o governo mais uma vez fez uso “forçado” da legislação, pela Resolução 23.551/2017, tornando a janela de intérprete obrigatória nas propagandas eleitorais (antes um instrumento político do que uma matéria de fato social). Trata-se, novamente, de uma autarquia federal vinculada ao MEC, por ter aprovado o tema “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil” como tema da redação do Enem. Esse cenário configura-se por uma lógica que institucionaliza o idioma para pessoas ouvintes, sob uma premissa, de certa forma, negativa; pois evoca a regularização e não a sensibilização.

Por fim, recentemente observou-se um ato que abalou emocionalmente muitas pessoas: o discurso da atual primeira dama, Michelle Bolsonaro, na posse do presidente do Brasil, que ocorreu em janeiro de 2019. Observa-se que, por certo, inserir a Libras de forma direta na cerimônia, ainda que por razões de

ordens questionáveis, foi algo impressionante e inusitado. Entretanto, quando se analisa a causa em que essa fala se abriga, percebe-se tratar-se de uma política de engajamento à acessibilidade, e não à diversidade linguística. Quer dizer, a Libras passar a ser concebida como as demais ferramentas de assistência a pessoas com deficiência, perdendo sua significação de expressão cultural – o que, além de parecer um retrocesso de uma concepção de língua e sujeito já consolidada, infringe a ética comunitária dos surdos.

O sentido assistencialista, advindo do poder público, parece ter reascendido práticas superadas e incentivado ainda mais a propagação da Libras em diversos espaços sociais – o que é bom! –, mas convém buscar entender as razões. Isso porque se mostram atreladas a uma concepção limitante da língua; considera-se, assim, o seu caráter meramente instrumental para atender à necessidade imediata de comunicação entre surdos e ouvintes.

Dessa forma, sem a intenção de repetir o propósito dogmático do Estado, gostaria de propor a descontinuidade da noção utilitarista do “aprender Libras” (imposta

por obediência à Lei, à Instituição e à Política) em decorrência da adoção de uma concepção de aprender para ser. Trata-se de um convite para se resistir à ordem posta, a fim de passarmos a olhar a Libras como L2 para ouvintes a partir de uma dimensão bakhtiniana – para a qual a língua nos constitui enquanto sujeitos para podermos integrar socialmente.

A constituição identitária do ouvinte e a Libras como L2

A bandeira de “Libras como L2” que levantamos carrega consigo um sentido distinto da lógica do Estado, pauta-se em ideologias sociais e ressoa em práticas discursivas e atitudinais inclusivas. O ouvinte passa a ser, nesse caso, o sujeito dotado de responsabilidades pelo seu pensar e pelo seu agir; isso lhe confere uma identidade.

Tomando a perspectiva de Bakhtin, intencionamos que os ouvintes que aprendam Libras sejam cidadãos, desfrutando e preservando os bens culturais e patrimoniais brasileiros, entre eles, esta língua de minoria – que foi por muito tempo banida de circulação, uma história de retaliação da diversidade da vida humana.

Ensejamos também que ouvintes aprendam Libras como cidadãos brasileiros que “queiram bem” a língua de seus conterrâneos surdos, uma língua que é o principal apoio para construção de seu mundo individual e social, sendo um canal efetivo de comunicação direta sem necessidade de mediação.

Penso que esses sentidos – que são sociais, mas que atingem a ética pessoal –, apontam para “Libras como L2 para ouvintes” como uma possibilidade de, juntos, construirmos uma sociedade mais justa e igualitária, tornando-nos pessoas melhores através da interação.



<https://www.youtube.com/watch?v=6YSgHp4ZOL8>

HISTÓRIA DO SURDO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ORIGENS

Danilo da Silva
(Prof. do curso de Letras Libras da UFPR)

Não há registros que comprovam a educação brasileira dos surdos no Brasil até 1854. A memória histórica começou a ser documentada e comprovada apenas a partir de 1855, quando o professor surdo francês E. Huet entra em contato com as autoridades do império brasileiro.

Drouyn de Lhuys, ministro das relações exteriores da França, apresentou E. Huet ao Marquês de Abrantes, reconhecido como hábil ex-professor e zeloso quanto à sua atividade anterior como diretor de uma instituição para surdos na França – o Instituto dos Surdos-Mudos de Bourges. Por sua vez, o marquês de Abrantes apresentou Huet ao imperador, Dom Pedro II, que o acolheu, prometendo apoiar a proposta de E. Huet com a intenção de criar um estabelecimento para alunos surdos no Brasil.

A pedido do imperador, o marquês solicitou ao Dr. Manoel Pacheco da Silva (reitor do Imperial Colégio Pedro II) para facilitar a Huet os meios de abrir sua escola, com objetivo de educar alunos surdos brasileiros. No dia 1º de janeiro de 1856, por iniciativa particular, a escola para surdos passou a funcionar, nas dependências do colégio Vassimon, situado na cidade do Rio de Janeiro.

O marquês de Abrantes e o Dr. Manoel Pacheco da Silva conseguiram, com muitos esforços, a matrícula dos primeiros alunos de Huet: uma menina de 12 anos e um menino de 10 anos. Naquela época, não era fácil obter discípulos para Huet, pois os pais não gostavam da ideia de entregar seus filhos a um estrangeiro desconhecido.

O programa de ensino organizado por Huet, para alunos surdos, contava basicamente com os seguintes conteúdos: língua portuguesa, aritmética, geografia e história do Brasil, escrituração mercantil, linguagem articulada e leitura dos lábios – para os que tivessem aptidão – e doutrina cristã.

Por que dia 26 de setembro é comemorado o dia nacional dos surdos? Essa data faz menção a alguns dados históricos: a Lei 939, de 26 de setembro de 1957, estabeleceu fomento para o funcionamento do Instituto Imperial para Surdos-Mudos de ambos os sexos; no ano de 1908, por meio do Decreto nº 6.892, estabeleceu-se o dia 26 de setembro de 1857 como data oficial da fundação da Instituição. Neste ano, os alunos apresentaram aos examinadores públicos, na presença do imperador, os resultados de seus trabalhos, os quais foram muito elogiados.

A partir de 1951, o Instituto passou a ser denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Essa data foi

reconhecida, por meio do Decreto-Lei nº 11.796 de 29 de outubro de 2008, como dia nacional dos surdos.

Por problemas pessoais, em 1861, Huet reconheceu que não podia continuar na direção. Em agosto de 1862, Manoel de Magalhães Couto tomou posse como novo diretor do Instituto. Com a publicação do regulamento, o marquês de Abrantes deixou de acompanhar os trabalhos, ele foi transferido para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império, porém não havia informações sobre o trabalho desenvolvido pelo Instituto.

Fernando Torres, ministro do Império, resolveu mandar Dr. Tobias Rabello Leite, chefe da seção da secretaria de Estado, inspecionar e fazer um relatório sobre as condições do Instituto. O governo ficou sabendo que não mais existia um espaço destinado ao ensino de surdos, mas, sim, uma casa que servia de asilo para surdos. Por consequência, o diretor Manoel de Magalhães Couto foi exonerado e, em seu lugar, assumiu interinamente Tobias Rabello Leite. Essa interinidade se prolongou até 1872, quando Tobias foi nomeado diretor efetivo, permanecendo na função até sua morte, em 1896.

Durante a gestão de Tobias Rabello Leite (1875), o ex-aluno e profissional desse Instituto, Flausino José da Costa Gama, publica seu livro “*Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*”, o primeiro dicionário da história do Brasil sobre língua de sinais.

Na década de 1880, conforme censo, o número de surdos do Brasil era de 11.239 livres e de 1.311 escravos. O Instituto não comportava atender mais de 30 alunos surdos, portanto, Tobias acreditava que era necessária a criação de novos estabelecimentos em outras províncias.

A abertura de novas escolas para surdos na educação brasileira ocorre no século XX: São Paulo-SP (1911), Curitiba-PR (1950), Recife-PE (1952). Isso demarca a importância da

luta pela comunidade surda para a conquista de direitos entre eles e o direito à educação. Aproveito para parabenizar, dessa forma, a comunidade surda pelas lutas e resistências em prol de uma vida digna e autônoma dos sujeitos surdos na sociedade.

No ano 1951, será denominado como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), sendo essa data reconhecida para comemoração do dia nacional dos surdos por meio do Decreto-Lei nº 11.796 de 29 de outubro de 2008.



E. Huet – primeiro professor Surdo do Brasil
Fonte: <https://cultura-sorda.org/eduard-huet/>

Participe do Jornal

ENVIE SEU ARTIGO PARA
jornalsisifo@gmail.com

Editores: Geraldo Balduino Horn e Alexsander Machado
Revisão e diagramação: Bardo Revisão (bardo.revisao@gmail.com)